

Governança judicial ecológica na Amazônia: estudo das ADI'S sobre supressão e alteração de unidades de conservação em Rondônia na perspectiva do paradigma da sustentabilidade e da ética ecológica

Dimis da Costa Braga

Tiago Fensterseifer

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

BRAGA, Dimis da C.; FENSTERSEIFER, Tiago. **Governança judicial ecológica na Amazônia:** estudo das ADI'S sobre supressão e alteração de unidades de conservação em Rondônia na perspectiva do paradigma da sustentabilidade e da ética ecológica. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

BRAGA, Dimis da C.; FENSTERSEIFER, Tiago. **Governança judicial ecológica na Amazônia:** estudo das ADI'S sobre supressão e alteração de unidades de conservação em Rondônia na perspectiva do paradigma da sustentabilidade e da ética ecológica. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O artigo examina as questões relacionadas aos debates jurídico-políticos em torno dos atos legislativos adotados pelos Poderes Executivo e Legislativo no Estado de Rondônia, e respectivas Ações Diretas de Inconstitucionalidade julgadas pelo Poder Judiciário – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia –, sob o enfoque do paradigma da sustentabi-

lidade e da ética ecológica. O enfrentamento dos novos problemas advindos da crise do clima demanda a superação do paradigma antropocêntrico, sob o qual se formou a concepção mecanicista do ambiente, definida pelo pensamento científico e filosófico dos séculos XVI e XVII, segundo os quais a natureza se constitui em uma fonte inesgotável de recursos à disposição do homem. Constituído de uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, o trabalho esboça os núcleos do paradigma da sustentabilidade e da ética judicial ecológica, bem como a inserção desses conceitos nos recentes julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que promovem um redesenho do debate jurídico-político que se desenrola nos últimos anos em face da pressão política pela ampliação do espaços para agropecuária no Estado, cenário este em que fica evidente o papel contramajoritário da atuação do Poder Judiciário, recorrendo às modernas técnicas de governança judicial em demandas estruturais para bem cumprir o novo papel a ser desempenhado pelas cortes, em conformidade com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e do direito humano fundamental ao meio ambiente sem riscos, limpo, saudável e sustentável, recentemente declarado pelo Conselho dos Direitos Humanos da ONU.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Transnacionalidade. Governança judicial ecológica na Amazônia. Direito humano fundamental ao meio ambiente sem riscos, limpo, saudável e sustentável.

ABSTRACT

The article examines issues related to legal-political debates around the legislative acts adopted by the Executive and Legislative Powers in the State of Rondônia, and respective Unconstitutionality Actions of these laws judged by the Judiciary Power - Court of Justice of the State of Rondônia – under the focus the paradigm of sustainability and ecological ethics. Facing up to the new problems arising from the climate crisis demands overcoming the anthropocentric paradigm, under which the mechanistic conception of the environment was formed, defined by scientific and philosophical thought of the 16th and 17th centuries, according to which nature constitutes a source inexhaustible resources available to man. Consisting of a bibliographical and jurisprudential research, the work outlines the nuclei of the sustainability paradigm and ecological judicial ethics, as well as the insertion of these concepts in the recent judgments of the Court of Justice of the State of Rondônia, which promote a redesign of the legal-political debate which has unfolded in

recent years in the face of political pressure for the expansion of spaces for agriculture in the State, a scenario in which the counter-majoritarian role of the Judiciary Power is evident, resorting to modern techniques of judicial governance in structural demands to well comply with the new role to be played by the courts, in accordance with the Sustainable Development Goals of the 2030 Agenda and the fundamental human right to a safe, clean, healthy and sustainable environment, recently declared by the UN Human Rights Council.

Keywords: Sustainability. Transnationality. Environmental judicial governance in the Amazon. Fundamental human right to a risk-free, clean, healthy and sustainable environment.

[Texto completo em PDF](#)